

# AUSTRAL RESEGUARDADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.536.561/0001-26

## PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **Austral Resseguradora S.A.**, Rio de Janeiro - RJ CNPJ: 11.536.561/0001-26. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Austral Resseguradora S/A, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Austral Resseguradora S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Esse princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas

avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Austral Resseguradora S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Austral Resseguradora S/A em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

Ricardo Pacheco MIBA 2.679

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S. - CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC-ZSP015199/O-6

Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC-1RJ094644/O-0

# AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Austral Seguradora S.A. (doravante “Austral” ou “Seguradora”) obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados para riscos corporativos. Atualmente, a Seguradora opera nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos nomeados e operacionais, compreensivo empresarial, responsabilidade civil, riscos de petróleo e riscos marítimos. Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Austral tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras na transferência de risco tanto para seus clientes quanto para seus parceiros. Os prêmios emitidos pela Austral, desconsiderando a operação de DPVAT, cresceram de R\$ 322 milhões em 2017 para R\$ 422 milhões em 2018. Esse crescimento de 31% está em consonância com as métricas de desempenho projetadas internamente, demonstrando o sucesso das estratégias estabelecidas pela Seguradora. É preciso destacar o crescimento de 65% no segmento de riscos de petróleo em relação ao mesmo período de 2017, tornando a Austral um dos players mais relevantes e reconhecidos nesse mercado. Esse expressivo crescimento foi reflexo do maior volume de novos negócios do setor e de uma estratégia focada em inovação, agilidade e eficiência operacional. Outro aspecto que merece ser enfatizado é a evolução da operação de riscos marítimos da Austral com um crescimento exponencial de 92% em 2018

quando comparado com o mesmo período de 2017. Esse resultado foi fruto de um esforço e reconhecimento do trabalho da Austral para expansão dessa linha de negócio. Em 2018, a Austral completou oito anos de operação, consolidada como player de referência nos segmentos de riscos corporativos, confirmando a confiança de seus clientes pela sua capacidade técnica e diferenciação na prestação de serviços. Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma proporção estável em relação aos prêmios emitidos de 5,3% em 2017 para 4,7% em 2018. Essa linearidade reflete um forte controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos. É objetivo da Companhia priorizar o investimento na qualidade dos serviços e produtos oferecidos. Assim, é preciso investir em tecnologia e processos para ter um desenvolvimento estruturado, garantindo a continuidade do retorno de suas carteiras, estando sempre atenta ao alinhamento com a política de gestão de risco definida pela empresa. O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, tendo atingido R\$ 18,5 milhões. Ressaltamos que a Austral vem obtendo bons resultados financeiros seguindo uma política conservadora de investimentos. A política de investimentos adotada pela Austral observa as melhores práticas de gestão de risco de ativos e passivos. Política esta que garante a capacidade financeira de honrar com seus compromissos, de acordo com os preceitos da Resolução CNSP nº 321/2015, e suas alterações posteriores. A Austral possui seus títulos nas categorias “títulos para negociação” e “disponível para venda”,

conforme explicitado nas demonstrações financeiras, e não mantém títulos ou valores mobiliários classificados na categoria “mantido até o vencimento”. Como consequência dos fatores citados acima, a Austral apresentou lucro líquido de R\$ 22,3 milhões em 2018. O patrimônio líquido apurado foi de R\$ 152,2 milhões e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1,3 bilhão nesse mesmo período. O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Austral planeja continuar sua trajetória de crescimento e inovação relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio. A partir de 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser a controladora direta e detentora de 100% das ações da Seguradora, não tendo havido, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Austral. A transferência de controle acionário direto da Seguradora à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 117, de 07 de maio de 2018, e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Austral permanece inalterado. Por fim, a Austral agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.

Administração.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios emitidos	444.289	347.548
Variações das provisões técnicas de prêmios	(90.211)	(68.009)
<b>Prêmios ganhos (Nota 23.a)</b>	<b>354.078</b>	<b>279.539</b>
Recetta com emissão de apólices DPVAT	2.553	2.262
Sinistros ocorridos (Nota 23.b)	(323.806)	(131.646)
Custos de aquisição (Nota 23.c)	(29.028)	(23.398)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23.e)	(2.948)	(3.064)
Resultado com resseguro (Nota 23.d)	48.208	(73.678)
Despesas administrativas (Nota 23.f)	(20.687)	(18.486)
Despesas com tributos (Nota 23.g)	(7.530)	(2.415)
Resultado financeiro (Nota 23.h)	18.457	19.324
<b>(=) Resultado operacional</b>	<b>39.297</b>	<b>48.441</b>
Garho ou perda com ativos não correntes	(5)	(326)
<b>(-) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>39.292</b>	<b>48.115</b>
Imposto de renda (Nota 19)	(6.050)	(8.684)
Contribuição social (Nota 19)	(5.018)	(7.167)
(-) Participações sobre o lucro	(5.950)	(4.738)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.274</b>	<b>27.526</b>
<b>Lucro por ação</b>	<b>56.566,347</b>	<b>56.566,347</b>
<b>Básico - lucro líquido por lote de mil ações - em reais</b>	<b>0,39</b>	<b>0,49</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.274</b>	<b>27.526</b>
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado	-	-
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	1.536	436
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(594)	(196)
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>942</b>	<b>240</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>23.216</b>	<b>27.766</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>22.274</b>	<b>27.526</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.274</b>	<b>27.526</b>
Ajustes para:	-	-
Depreciações e amortizações	1.460	1.399
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	169	-
Perda na alienação do imobilizado	-	(336)
Remuneração baseada em ações	82	184
<b>23.985</b>	<b>28.773</b>	

## VARIAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS

Ativos financeiros (58.433) (55.672)

Créditos das operações com seguros e resseguros 30.615 (100.729)

Ativos de resseguros - provisões técnicas (350.307) (133.423)

Ativo fiscal diferido (349) 1.211

Passivo fiscal diferido (2.270) -

Depósitos judiciais e fiscais 28.443 -

Títulos e créditos a receber 2.903 (30.172)

Custos de aquisição diferidos (10.128) (9.417)

Despesas antecipadas (76) -

Impostos e contribuições 17.367 10.837

Débitos de operações com seguros e resseguros (20.896) 95.813

Contas a pagar (1.593) (7.126)

Depósito de terceiros 3.136 1.777

Provisões técnicas de seguros e resseguros 355.258 189.473

Imposto de renda e contribuição social pagos (15.705) (11.828)

**Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais** **2.220** | **(20.483)** |

## Fluxo de caixa das atividades de investimento

Recebimento pela venda de imobilizado - 1

Aquisição de imobilizado (91) (61)

Aquisição de intangível (1.348) (1.320)

**Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento** **(1.439)** | **(1.380)** |

## Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Aumento de capital - 5.984

Pagamento de juros sobre capital próprio (817) -

**Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** **(817)** | **5.984** |

## Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 7.217 23.096

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 7.181 7.217

ra são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do exercício. d) Base para mensuração - Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicada de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP - Recebíveis. Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação conforme comentado na Nota 4. 3. **Resumo das principais políticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. a) Disponível - Incluem caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. b) Ativos financeiros - A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>	<b>993.373</b>	<b>705.646</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.181</b>	<b>7.217</b>
Caixa e bancos	7.181	7.217
<b>Aplicações (Nota 6)</b>	<b>281.377</b>	<b>243.832</b>
Títulos de renda fixa - públicos	144.752	126.545
Quotas de fundos de investimentos	40.089	26.317
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	86.839	74.778
Aplicações no exterior	9.747	16.220
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>115.509</b>	<b>119.949</b>
Prêmios a receber (Nota 8)	105.977	108.616
Operações com seguradoras	5.443	3.308
Operações com resseguradoras	4.089	8.025
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>10.831</b>	<b>68.774</b>
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 16)</b>	<b>549.491</b>	<b>236.373</b>
Prêmio de resseguro diferido	206.870	141.258
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (Nota 17)	49.049	45.642
Provisão despesa relacionada	4.768	-
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 17)	288.804	49.473
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 10)</b>	<b>4.006</b>	<b>6.909</b>
Créditos tributários (Nota 10)	3.904	3.351
Outros créditos	85	43
Despesas Antecipadas	76	-
Despesas Administrativas	76	-
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 11)</b>	<b>24.902</b>	<b>22.592</b>
Comissões diferidas - seguro	22.216	20.502
Comissões diferidas - cosseguro	2.686	1.990
<b>Não circulante</b>	<b>344.404</b>	<b>276.463</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>338.526</b>	<b>270.314</b>
<b>Aplicações (Nota 6)</b>	<b>61.481</b>	<b>39.651</b>
Títulos de renda fixa - públicos	42.849	39.651
Aplicação no exterior	18.632	-
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>83.388</b>	<b>53.649</b>
Prêmios a receber (Nota 8)	83.388	53.542
Operações com seguradoras	-	107
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 16)</b>	<b>156.469</b>	<b>119.550</b>
Prêmio de resseguro diferido	130.082	107.885
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 17)	25.399	10.349
Provisão de despesas relacionadas	988	1.316
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 10)</b>	<b>349</b>	<b>28.215</b>
Depósitos judiciais (Nota 10)	-	28.443
Créditos Tributários e Previdenciários	349	-
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 11)</b>	<b>36.839</b>	<b>29.021</b>
Comissões diferidas - seguro	32.360	26.268
Comissões diferidas - cosseguro	4.479	2.753
<b>Imobilizado (Nota 12)</b>	<b>2.770</b>	<b>3.283</b>
Bens móveis	1.028	2.980
Outras imobilizações	1.742	303
<b>Intangível (Nota 13)</b>	<b>3.108</b>	<b>2.866</b>
Outros intangíveis	3.108	2.866
<b>Total do ativo</b>	<b>1.337.777</b>	<b>982.109</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de retenção	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>44.360</b>	<b>19.477</b>	<b>1.754</b>	<b>3.071</b>	<b>43.557</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>112.200</b>
Aprovação do aumento de capital (Nota 18.a)	19.477	(19.477)	-	-	-	-	-	-
Aumento capital social em aprovação (Nota 18.a)	-	5.984	-	-	-	-	5.984	5.984
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	240	27.526	27.526
Garho não realizado nos títulos disponíveis para venda baseado em ações (Nota 22)	-	-	184	-	-	-	-	184
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.376	-	-	(1.376)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota 18.c)	-	-	-	18.149	-	-	(18.149)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 18.c)	-	-	-	-	-	-	(8.001)	(8.001)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63.837</b>	<b>5.984</b>	<b>1.938</b>	<b>4.447</b>	<b>61.706</b>	<b>221</b>	<b>-</b>	<b>138.133</b>
Aprovação do aumento de capital (Nota 18.a)	-	5.984	-	-	-	-	-	5.984
Aumento capital social em aprovação (Nota 18.a)	-	9.406	-	-	-	-	9.406	9.406
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	942	22.274	22.274
Garho não realizado nos títulos disponíveis para								

financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: I) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. II) Títulos disponíveis para venda - A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. III) Recebíveis - Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. c) **Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro** - Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceita o risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As operações de cosseguro aceito e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos. Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão do mesmo. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram verificadas as necessidades de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. d) **Provisão de seguro** - A Seguradora utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuarialidade e pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos. Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expostas através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, e pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e de suas alterações posteriores. Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuariário responsável técnico. Provisão de prêmios não ganhos - PPNG - É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrerem, os longos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente. A parcela relativa aos riscos vigentes e emitidos - PPNG é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela SUSEP. Já a parcela relativa aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG é calculada através de metodologia própria que tem como base a escolha de um fator de atraso médio de acordo com a análise das taxas de atraso verificadas na carteira da seguradora. Esse fator de atraso é aplicado sobre a PPNG de riscos vigentes e já emitidos - PPNG, resultando na provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE. Além disso, a Seguradora trata individualmente os casos de grandes apólices já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas. Esse critério de cálculo permite uma adequação mais rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores. Provisão de Despesa Administrativa do DPVAT - Constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Provisão de sinistros a liquidar - PSL - É constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, até a data base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A PSL inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais quando necessário. Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Seguradora estima uma expectativa de ressarcimento advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia. A provisão de sinistros a liquidar referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR - É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. A Seguradora não dispõe de um histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação de método que utilize sua base de sinistros própria. Dessa forma, ela recorreu às informações públicas disponibilizadas no Sistema de Estatísticas da SUSEP - SES, buscando um percentual padrão por linha de negócio, de empresas com operações semelhantes, a ser aplicado no seu prêmio base dos últimos doze meses. Ressalta-se que a Companhia deve observar os percentuais apurados de forma a utilizados e ajustá-los de acordo com as variações e/ou discrepâncias em relação ao acompanhamento realizado internamente, via testes de consistência. Uma vez que a Seguradora passe a apresentar uma base de dados madura que permita o cálculo estatístico da provisão de IBNR, essa passará a utilizar metodologia estatística própria. Além do montante apurado acima, o valor final de IBNR pode ser acrescido de uma parcela adicional de expectativa de sinistro para o grupo de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas à seguradora que ainda não foram caracterizados como sinistros. A provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. Provisão de despesas relacionadas - PDR - É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A seguradora registra de forma sistemática todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e expectativas de sinistros do segmento de riscos financeiros. Em relação às despesas não incorridas de sinistros ocorridos, que, possivelmente se tornarão incorridas ao longo do período dos riscos assumidos, a Seguradora utiliza metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas a ser aplicado aos sinistros pendentes na PSL e sinistros estimados em IBNR. e) **Custos de aquisição diferidos** - As despesas de comissão de seguro são registradas

quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

Ramos	31/12/2018	
	Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses
Compreensivo empresarial	275	9
Lucros cessantes	366	12
Riscos de engenharia	763	25
Riscos nomeados operacionais	366	12
Riscos de petróleo	458	15
Responsabilidade civil geral	671	22
Fiança locatícia	397	13
Garantia segurado - setor público	1.342	44
Garantia segurado - setor privado	824	27
Riscos marítimos - casco	397	13

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

Ramos	31/12/2017	
	Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses
Lucros cessantes	427	14
Riscos de engenharia	732	24
Riscos diversos	732	24
Riscos nomeados operacionais	366	12
Riscos de petróleo	458	15
Responsabilidade civil geral	671	22
Fiança locatícia	397	13
Garantia segurado - setor público	1.342	44
Garantia segurado - setor privado	885	29
Riscos marítimos - casco	336	11

f) **Reconhecimento de sinistros e despesas** - Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores. g) **Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixada. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. h) **Intangível** - Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Seguradora são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o software e usá-lo. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software. • O custo, atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. i) **Recuperação de ativos financeiros** - Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidências objetivas de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. j) **Ativos contabilizados ao custo amortizado** - Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é determinado pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do exercício. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015. Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno. k) **Imposto de renda e contribuição social** - Ativos e passivos tributários correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para alíquotas fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização. l) **Teste de adequação de passivo - TAP** - Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Seguradora avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores. O teste de adequação de passivo não se aplica aos contratos de seguro relativos ao ramo DPVAT e foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas. Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de resseguro. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste. Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos in-

tangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. A Seguradora apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA disponibilizada pela SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada pela SUSEP. Os testes de adequação de passivo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro. Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída, deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Seguradora, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC. m) **Outras provisões, ativos e passivos contingentes** - Segundo o CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, civil e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Seguradora, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. n) **Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial. o) **Resultado por ação** - Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía ações preferenciais. O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do exercício. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Companhia ajusta o lucro atribuído ao titular de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder do acionista (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da companhia e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período. p) **Incentivo baseado em ações** - O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração de resultado do exercício sob condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. q) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente** - O CPC nº 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016, e o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Conforme ata de reunião da Comissão Contábil da SUSEP de 25/01/2018, a discussão sobre esse pronunciamento será realizada na Comissão Contábil da SUSEP, a fim de avaliar a forma de adoção pelo mercado supervisionado. Foi destacado que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC adicionou ao cabeçalho do CPC nº 38 um aviso alertando que o pronunciamento continua válido enquanto sua revogação não for determinada pelo órgão regulador. O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada. O IFRS nº 16 - CPC 06 (R2) "Leasing" estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. 4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. a) **Avaliação de passivos de contratos de seguros** - Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: provisão de prêmios não ganhos riscos vigentes e já emitidos - PPNG, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR e provisão de despesas relacionadas - PDR. As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões. b) **Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros** - Essas provisões são registradas de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. c) **Vida útil dos ativos imobilizado e intangível** - A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização desses ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão das estimativas de vida útil. d) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar a ocorrência ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. e) **Provisões para contingências** - A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento

# AUISTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de PSL judicial. **5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro:** a) **Risco de seguro** - O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é que os pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Seguradora é de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição do risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes. A Seguradora subscree seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. A Seguradora utiliza um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos da Companhia. Destacamos que o procedimento contempla o regime de todas as decisões, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas. A Seguradora adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do resseguro por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

## Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31 de dezembro de 2018

Ramo/região geográfica	Centro					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	2.122	4.190	1.266	10.193	4.266	22.037
Garantia	13.715	10.356	1.111	146.474	2.791	174.447
Fiança locatícia	-	34	27	355	1	417
Risco de engenharia	2	19	-	488	17	526
Responsabilidade civil	154	1	-	32	1	188
Risco de petróleo	-	657	-	208.682	-	209.339
Lucros cessantes	-	-	-	8.840	-	8.840
Riscos nomeados operacionais	1.100	4	897	4.086	137	6.224
Riscos marítimos - casco	-	485	206	21.352	198	22.241
Compreensivo empresarial	-	-	-	30	-	30
<b>Total</b>	<b>17.093</b>	<b>15.746</b>	<b>3.507</b>	<b>400.532</b>	<b>7.411</b>	<b>444.289</b>

## Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31 de dezembro de 2017

Ramo/região geográfica	Centro					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	2.386	4.633	1.475	12.021	5.022	25.537
Garantia	11.484	6.554	7.916	132.860	3.067	161.881
Fiança locatícia	-	45	15	581	1	642
Risco de engenharia	1.354	47	-	5.698	7	7.106
Responsabilidade civil	200	3	-	247	-	450
Risco de petróleo	-	-	-	127.096	-	127.096
Riscos diversos	-	-	-	(51)	-	(51)
Lucros cessantes	-	79	-	2.791	798	3.668
Riscos nomeados operacionais	1.228	83	451	5.623	2.250	9.635
Riscos marítimos - casco	-	1.304	89	9.725	466	11.584
<b>Total</b>	<b>16.652</b>	<b>12.748</b>	<b>9.946</b>	<b>296.591</b>	<b>11.611</b>	<b>347.548</b>

## Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31 de dezembro de 2018

Ramo/região geográfica	Centro					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	2.122	4.191	1.266	10.193	4.266	22.038
Garantia	7.511	5.556	630	59.785	1.561	75.043
Fiança locatícia	-	19	15	147	-	181
Risco de engenharia	1	9	-	224	8	242
Responsabilidade civil	40	1	-	14	-	55
Risco de petróleo	-	83	-	5.797	-	5.880
Lucros cessantes	-	-	-	1.231	-	1.231
Riscos nomeados operacionais	318	-	165	838	24	1.345
Riscos marítimos - casco	-	208	79	3.416	117	3.820
Compreensivo empresarial	-	-	-	13	-	13
<b>Total</b>	<b>9.992</b>	<b>10.067</b>	<b>2.155</b>	<b>81.658</b>	<b>5.976</b>	<b>109.848</b>

## Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31 de dezembro de 2017

Ramo/região geográfica	Centro					
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	2.386	4.633	1.475	12.021	5.022	25.537
Garantia	6.148	3.931	4.686	58.426	1.616	74.807
Fiança locatícia	-	30	10	352	1	393
Risco de engenharia	258	23	-	1.082	4	1.367
Responsabilidade civil	42	1	-	69	-	112
Risco de petróleo	-	-	-	3.816	-	3.816
Riscos diversos	-	-	-	(35)	-	(35)
Lucros cessantes	-	4	-	228	32	264
Riscos nomeados operacionais	262	4	79	117	90	552
Riscos marítimos - casco	-	574	35	2.553	168	3.330
<b>Total</b>	<b>9.096</b>	<b>9.200</b>	<b>6.285</b>	<b>78.629</b>	<b>6.933</b>	<b>110.143</b>

b) **Riscos financeiros** - A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Seguradora em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos. Os investimentos são pautados em análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de crescimento das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras. Em suas decisões de investimento, a Seguradora considera a necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos monitorados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira. A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses seguintes. c) **Risco de crédito** - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos. A Companhia possui ratings com resseguros locais, admitidos e eventuais bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (BBB), Fitch (A-), Moody's (A2) e A.M Best Company (B++). Adicionalmente, a Seguradora possui uma exposição de R\$5.443 (R\$3.308 em 31 de dezembro de 2017) em cosseguro, onde as contrapartes são sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15

de julho de 2015 e suas alterações posteriores. d) **Risco de mercado** - Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Seguradora. O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. Em paralelo a esse controle, a Seguradora desenvolveu um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores. e) **Riscos de liquidez** - Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente a empresa possui 63,7% (65,2% em 31 de dezembro de 2017) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. As cotas de fundos de investimentos referentes ao DPVAT correspondem a 24,8% (25,7% em 31 de dezembro de 2017) de sua carteira (esses fundos só podem investir em títulos públicos que, como dito anteriormente, possuem liquidez imediata). Adicionalmente, 10,8% (6,6% em 31 de dezembro de 2017) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias. Vale ressaltar que a Seguradora faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

### Ativos e passivos

	31 de dezembro de 2018			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	7.181	-	-	7.181
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	269.240	2.440	-	271.680
Ativos financeiros disponíveis para venda	71.178	-	-	71.178
Crédito das operações de seguros e resseguros	115.509	36.377	47.011	198.897
Outros créditos operacionais	10.831	-	-	10.831
Títulos e créditos a receber	4.006	349	-	4.355
<b>Total de ativos</b>	<b>477.945</b>	<b>39.166</b>	<b>47.011</b>	<b>564.122</b>
Contas a pagar	16.402	-	-	16.402
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	169.771	72.077	22.679	264.527
Débito das operações de seguros e resseguros	124.619	28.685	39.662	192.966
Depósitos de terceiros	5.681	-	-	5.681
<b>Total de passivos</b>	<b>316.473</b>	<b>100.762</b>	<b>62.341</b>	<b>479.576</b>

### Ativos e passivos

	31 de dezembro de 2017			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	7.217	-	-	7.217
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	236.684	7.148	-	243.832
Ativos financeiros disponíveis para venda	39.651	-	-	39.651
Crédito das operações de seguros e resseguros	119.949	23.343	30.306	173.598
Outros créditos operacionais	68.774	-	-	68.774
Títulos e créditos a receber	6.909	28.443	-	35.352
<b>Total de ativos</b>	<b>479.184</b>	<b>58.934</b>	<b>30.306</b>	<b>568.424</b>
Contas a pagar	7.950	2.270	-	10.220
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	140.086	60.829	58.391	259.306
Débito das operações de seguros e resseguros	180.863	11.894	23.215	215.972
Depósitos de terceiros	2.545	-	-	2.545
<b>Total de passivos</b>	<b>331.444</b>	<b>74.993</b>	<b>81.606</b>	<b>488.043</b>

f) **Testes de sensibilidade** - A Seguradora tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo Value at Risk - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,14% do patrimônio da carteira ou 0,24% com nível de confiança de 99%. A Seguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo: • Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA, inferida pela curva de juros das NTN-B. • Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da Seguradora após impostos e contribuições em 31 de dezembro de 2018 seria uma redução do resultado e do patrimônio líquido no montante de R\$521 (R\$667 em 31 de dezembro de 2017). **6. Ativos financeiros:** a) **Classificação por categoria e faixa de vencimento**

	31 de dezembro de 2018								
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual das aplicações	Percentual de curva das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>	-	86.839	-	-	-	86.839	86.839	26%	26%
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	44.798	99.253	701	144.752	144.771	42%	42%
Quotas de fundos de investimentos	-	40.089	-	-	-	40.089	40.089	12%	12%
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN-B no país	IPCA	-	-	8.858	33.991	42.849	41.121	13%	13%
Certificado de depósito no exterior	2,30	-	9.697	-	-	9.697	9.698	3%	3%
Títulos públicos no exterior	4,76	-	-	4.652	-	4.652	4.711	1%	1%
Títulos privados no exterior	4,37	-	-	13.980	-	13.980	14.111	3%	3%
<b>Total</b>		<b>126.928</b>	<b>54.495</b>	<b>126.743</b>	<b>34.692</b>	<b>342.858</b>	<b>341.340</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

	31 de dezembro de 2017								
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual das aplicações	Percentual de curva das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>	-	74.778	-	-	-	74.778	74.778	26%	26%
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	86.016	40.529	-	126.545	126.541	45%	45%
Certificado de depósito no exterior	1,38%	-	16.192	-	-	16.192	16.192	6%	6%
Quotas de fundos de investimentos	-	26.317	-	-	-	26.317	26.317	9%	9%
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	8.452	31.199	39.651	39.284	14%	14%
<b>Total</b>		<b>101.095</b>	<b>102.208</b>	<b>48.981</b>	<b>31.199</b>	<b>283.483</b>	<b>283.112</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As quotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado dos fundos imobiliários listados que a Seguradora possui em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador. b) **Hierarquia de valor justo** - A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	26.586	13.503	40.089	6.342	19.975	26.317
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	86.839	86.839	-	74.778	74.778
<b>Títulos de renda fixa - públicos:</b>	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	144.752	-	144.752	126.545	-	126.545

Fatores de risco	Cenário A (**)		Cenário B (**)		
	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	
Inflação	+100 bps (*)	(3.830)	Inflação	-100 bps (*)	3.830
Câmbio	+5%	2.002	Câmbio	-5%	(2.002)
<b>Total</b>		<b>(1.828)</b>	<b>Total</b>		<b>1.828</b>

(\*) bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%. (\*\*) Informações fornecidas pela Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.). Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados em 2018 de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 31 de dezembro de 2018. Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade de sinistralidade, adotou-se um percentual de 10% de agravamento nos valores das indenizações avisadas das expectativas de salvados e ressarcimentos e brutas das despesas relacionadas a sinistros dos últimos doze meses por ramo de atuação da Seguradora, desconsiderando a operação de DPVAT. O prêmio base utilizado nesse teste não considerou a estimativa de riscos vigentes e não emitidos. Essa sinistralidade agravada foi limitada a uma sinistralidade mínima de 10% sobre o prêmio ganhoapurado por ramo dos últimos doze meses. Os valores utilizados são brutos das operações de cosseguro aceito e líquidos das operações de cosseguro cedido. Dessa forma, pode-se calcular o impacto sobre o resultado da Companhia com esses novos montantes de sinistros. Observa-se que a atual metodologia utilizada para cálculo do sinistralidade ocorrido, mas não avisado - IBNR não sofre impacto com esse agravamento de sinistralidade. A tabela abaixo apresenta os valores de variação dos sinistros avisados e líquidos de resseguros, considerando as sinistralidades abaixo informadas por ramo de atuação da Seguradora:

Ramos	31 de dezembro de 2018			
	Variação de sinistralidade agravada	Variação de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR líquido de resseguro
Compreensivo empresarial	10,00%	2	2	-
Lucros cessantes	10,00%	9	-	-
Riscos de engenharia	24,96%	237	23	-
Riscos diversos	10,00%	2	1	-
Riscos nomeados operacionais	3.039,90%	15.248	100	-
Riscos de petróleo	26,44%	3		

# AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

**7. Garantia das provisões técnicas:** O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	492.330	400.286
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	342.546	99.266
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	128.889	113.774
Provisão de despesas relacionadas - PDR	6.362	1.486
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	360	417
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>970.487</b>	<b>615.229</b>
Direitos creditórios	(165.442)	(141.403)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(33.269)	(34.696)
Provisão de prêmios não ganho resseguros - PPNG	(210.444)	(139.497)
Recuperação de sinistros a liquidar - PSL	(314.203)	(59.822)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(49.049)	(45.642)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(5.756)	(1.316)
Depósitos judiciais redutores	-	(28.443)
Provisão do consórcio DPVAT	(86.778)	(74.678)
<b>Total das provisões técnicas para cobertura</b>	<b>105.546</b>	<b>89.732</b>

## Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:

Letras financeiras do tesouro - LFT	69.804	43.100
Notas do tesouro nacional - NTN-B	42.849	39.651
Quotas de fundos de investimentos	8.098	17.184
Quotas de fundo de investimento imobiliário	6.586	6.342
<b>Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas</b>	<b>127.337</b>	<b>106.277</b>
<b>Suficiência</b>	<b>21.791</b>	<b>16.545</b>

## 8. Crédito das operações com seguros - prêmios a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios a receber - circulante	105.977	108.616
Prêmios a receber - não circulante	83.388	53.542
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>189.365</b>	<b>162.158</b>
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	28.556	15.138
De 31 a 60 dias	20.267	16.835
De 61 a 120 dias	19.589	15.858
De 121 a 180 dias	6.615	7.506
De 181 a 360 dias	25.401	11.501
Superior a 360 dias	83.388	53.542
<b>Total de prêmios a vencer</b>	<b>183.816</b>	<b>158.380</b>
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	1.399	3.113
De 31 a 60 dias	1.645	291
De 61 a 120 dias	2.203	374
De 121 a 180 dias	1.689	-
De 181 a 360 dias	642	-
<b>Total de prêmios vencidos</b>	<b>7.578</b>	<b>3.778</b>
Provisão para perda de valor recuperável	(2.029)	-
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>189.365</b>	<b>162.158</b>

## Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	162.158	131.931
(+) Prêmios emitidos	506.225	324.353
(+/-) Riscos vigentes não emitidos - RVNE	(21.737)	26.306
(+) Imposto sobre operações financeiras - IOF	22.346	9.761
(+/-) Adicional de fracionamento	119	423
(-) Recebimentos	(477.717)	(330.616)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	(2.029)	-
<b>Saldo final</b>	<b>189.365</b>	<b>162.158</b>

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foram contabilizados como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber. De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi observado que a Seguradora tem operado com uma média de parcelamento de 02 vezes. **9. Ativos de resseguros - provisões técnicas:**

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	49.049	45.642
Recuperação de despesa de sinistro	5.757	1.316
Recuperação de indenização de sinistro	316.951	59.822
Prêmio de resseguro diferido	334.203	249.143
<b>Total geral</b>	<b>705.960</b>	<b>355.923</b>
<b>Total circulante</b>	<b>549.491</b>	<b>236.373</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>156.469</b>	<b>119.550</b>

**10. Títulos e créditos a receber:** a) **Créditos tributários** - Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 3.904 (R\$2.932 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a: (i) R\$2.022 (R\$2.381 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR; (ii) R\$ 1.866 (R\$529 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$16 (R\$22 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Programa de Integração social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior. Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro. b) **Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro de 2017, havia o valor de R\$28.443 referente à ação de consignação em pagamento proposta pela seguradora em face do Segurado, por meio da qual a Seguradora depositou em juízo o valor da indenização securitária apurada em processo de regulação de sinistro (valor este devidamente atestado por laudo técnico), diante da discordância e recusa do segurado em receber o valor apurado. O referido valor foi levantado pelo segurado em 13 de setembro de 2018, sendo os valores baixados e a ação encerrada, sem desembolso adicional para a Seguradora. **11. Custos de aquisição diferidos:**

	31/12/2017	Consti- tuição	Diferimento/ cancelamento	31/12/2018
<b>Ramos</b>				
Garantia	19.286	4.280	(1.120)	22.446
Fiança locatícia	69	44	(76)	37
Responsabilidade civil	82	10	(67)	25
Riscos de engenharia	1.573	-	(1.012)	561
Riscos de petróleo	504	877	(836)	545
Riscos nomeados e operacionais	156	413	(432)	137
Lucros cessantes	22	522	(257)	287
Riscos marítimos - casco	900	1.026	(1.063)	863
Compreensivo empresarial	-	17	(16)	1
<b>Total circulante</b>	<b>22.592</b>	<b>7.189</b>	<b>(4.879)</b>	<b>24.902</b>
Garantia	28.139	10.091	(1.799)	36.431
Fiança locatícia	14	-	(14)	-
Responsabilidade civil	24	-	(13)	11
Riscos de engenharia	842	-	(446)	396
Riscos de petróleo	2	187	(188)	1
Lucros cessantes	-	12	(12)	-
Riscos marítimos - casco	-	27	(27)	-
<b>Total não circulante</b>	<b>29.021</b>	<b>10.317</b>	<b>(2.499)</b>	<b>36.839</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>51.613</b>	<b>17.506</b>	<b>(7.378)</b>	<b>61.741</b>

	31/12/2016	Consti- tuição	Diferimento/ cancelamento	31/12/2017
<b>Ramos</b>				
Garantia	15.144	4.657	(515)	19.286
Fiança locatícia	61	72	(64)	69
Responsabilidade civil	40	49	(7)	82
Riscos de engenharia	1.039	636	(102)	1.573
Riscos de petróleo	987	220	(703)	504
Riscos diversos	179	-	(179)	-
Riscos nomeados e operacionais	68	319	(231)	156
Lucros cessantes	49	43	(70)	22
Riscos marítimos - casco	614	776	(490)	900
<b>Total circulante</b>	<b>18.181</b>	<b>6.772</b>	<b>(2.361)</b>	<b>22.592</b>

	31/12/2016	Consti- tuição	Diferimento/ cancelamento	31/12/2017
<b>Ramos</b>				
Garantia	22.188	7.940	(1.989)	28.139
Fiança locatícia	28	3	(17)	14
Responsabilidade civil	63	8	(47)	24
Riscos de engenharia	1.637	170	(965)	842
Riscos de petróleo	99	93	(190)	2
<b>Total não circulante</b>	<b>24.015</b>	<b>8.214</b>	<b>(3.208)</b>	<b>29.021</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>42.196</b>	<b>14.986</b>	<b>(5.569)</b>	<b>51.613</b>

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação dos passivos. **12. Imobilizado:**

	Taxa anual de depre- ciação	31/12/2017	Aquisições	Baixa	Depre- ciação	31/12/2018
Equipamentos	20%	284	21	(1)	(110)	194
Instalações	10%	2.022	-	(11)	(238)	1.773
Móveis, máquinas e utensílios	10%	732	-	(8)	(109)	615
Outras imobilizações	10%	245	96	(6)	(147)	188
<b>Total</b>		<b>3.283</b>	<b>117</b>	<b>(26)</b>	<b>(604)</b>	<b>2.770</b>

	Taxa anual de depre- ciação	31/12/2016	Aquisições	Baixa	Depre- ciação	31/12/2017
Equipamentos	20%	252	153	(48)	(73)	284
Instalações	10%	2.104	624	(720)	14	2.022
Móveis, máquinas e utensílios	10%	782	57	(5)	(102)	732
Outras imobilizações	10%	245	-	-	(1)	245
<b>Total</b>		<b>3.383</b>	<b>834</b>	<b>(773)</b>	<b>(161)</b>	<b>3.283</b>

## 13. Intangível:

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Aquisições	Amorti- zação	31/12/2018
Direito de uso software	20%	2.866	1.348	(1.106)	3.108
<b>Total</b>		<b>2.866</b>	<b>1.348</b>	<b>(1.106)</b>	<b>3.108</b>

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Aquisições	Amorti- zação	31/12/2017
Direito de uso software	20%	2.448	1.320	(902)	2.866
<b>Total</b>		<b>2.448</b>	<b>1.320</b>	<b>(902)</b>	<b>2.866</b>

## 14. Débito das operações seguro e resseguro - operações com resseguradoras:

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguro cedido	124.322	131.511
Comissão	(36.404)	(32.081)
Outros	12.375	60.678
<b>Total circulante</b>	<b>100.293</b>	<b>160.108</b>
Prêmios de resseguro cedido	78.377	47.553
Comissão	(30.901)	(19.732)
<b>Total não circulante</b>	<b>47.476</b>	<b>27.821</b>
<b>Total geral</b>	<b>147.769</b>	<b>187.929</b>

**15. Depósitos de terceiros:** Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros direto e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificados no passivo circulante. O aging de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
De 1 a 30 dias	164	1.478
De 31 a 60 dias	4.080	366
De 61 a 120 dias	219	118
De 121 a 180 dias	13	217
De 181 a 360 dias	611	190
Superior a 360 dias	594	176
<b>Total</b>	<b>5.681</b>	<b>2.545</b>

## 16. Provisão técnica de seguros e resseguros:

	Provisão de seguros	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida
<b>Ramos</b>			
Garantia	330.837	292.326	(183.460)
Fiança locatícia	82.406	5.551	(68.165)
Responsabilidade civil	26.512	39.518	(24.096)
Riscos de engenharia	7.596	38.915	(5.417)
Riscos de petróleo	3.474	1.476	(2.896)
Riscos diversos	-	-	(1.308)
Riscos nomeados e operacionais	450.825	377.786	(284.034)
Lucros cessantes	-	-	(202.676)
Riscos marítimos - casco	166.791	578	168
<b>Total</b>	<b>450.825</b>	<b>377.786</b>	<b>(284.034)</b>

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ramos</b>						
Garantia	330.837	292.326	(183.460)	(150.038)	147.377	142.288
Fiança locatícia	82.406	5.551	(68.165)	(5.268)	14.241	283
Responsabilidade civil	26.512	39.518	(24.096)	(10.266)	2.416	29.252
Riscos de engenharia	7.596	38.915	(5.417)	(35.796)	2.179	3.119
Riscos de petróleo	3.474	1.476	(2.896)	(1.308)	578	168
Riscos diversos	-	-	(1.308)	-	-	-
Riscos nomeados e operacionais	450.825	377.786	(284.034)	(202.676)	166.791	175.110
Lucros cessantes	-	-	(202.676)	-	-	-
Riscos marítimos - casco	166.791	578	168	-	-	-
<b>Total</b>	<b>450.825</b>	<b>377.786</b>	<b>(284.034)</b>	<b>(202.676)</b>	<b>166.791</b>	<b>175.110</b>

**Riscos cessantes:**

	Provisão de seguros	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida
<b>Ramos</b>			
Lucros cessantes:			
Provisões de prêmios não ganhos	3.848	576	(3.317)
Sinistro a liquidar - administrativo	82	-	(80)
Sinistros ocorridos, mas não avisados	2.197	98	(1.944)
Provisões de despesas relacionadas	31	-	(28)
<b>Total</b>	<b>6.158</b>	<b>674</b>	<b>(5.369)</b>

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ramos</b>						
Fiança locatícia:						
Provisões de prêmios não ganhos	176	395	(142)	(172)	34	223
Sinistros ocorridos, mas não avisados	38	35	(30)	(19)	8	16
Provisões de despesas relacionadas	1	-	(1)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>430</b>	<b>(173)</b>	<b>(191)</b>	<b>42</b>	<b>239</b>



# AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Garantia	150.819	152.074	(87.529)	(83.961)	63.290	68.113	41,96	44,79	58,04	55,21
Fiança locatícia	425	642	(239)	(250)	186	392	43,76	61,00	56,24	39,00
Responsabilidade civil geral	55	222	(34)	(160)	21	62	38,18	27,93	61,82	72,07
Riscos de engenharia	1.030	5.035	(683)	(3.980)	347	1.055	33,69	20,95	66,31	79,05
Riscos de petróleo	228.312	106.513	(222.475)	(102.808)	5.837	3.705	2,56	3,48	97,44	96,52
Riscos diversos	-	(1)	-	-	-	(1)	-	100,00	-	-
Lucros cessantes	8.663	-	(7.458)	-	1.205	-	13,91	-	86,09	-
Riscos nomeados operacionais	734	-	(579)	-	155	-	21,12	-	78,88	-
Compreensivo empresarial	30	-	(17)	-	13	-	43,33	-	56,67	-
Riscos marítimos - casco	22.962	6.172	(19.111)	(4.040)	3.851	2.132	16,77	34,54	83,23	65,46
DPVAT	22.036	25.537	-	-	22.036	25.537	100,00	100,00	-	-
<b>Total</b>	<b>435.066</b>	<b>296.194</b>	<b>(338.125)</b>	<b>(195.199)</b>	<b>96.941</b>	<b>100.995</b>	<b>22,28</b>	<b>34,10</b>	<b>77,72</b>	<b>65,90</b>

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

Ramos	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Garantia	25.338	7.290	(12.430)	(3.124)	12.908	4.166
Responsabilidade civil geral	155	202	(115)	(159)	40	43
Riscos de engenharia	160	1.201	(110)	(1.101)	50	100
<b>Total</b>	<b>(334.441)</b>	<b>(237.405)</b>				

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Seguradora. O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações e profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante. Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento. Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções. Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções. O primeiro programa prevê três datas de vesting, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais. O segundo programa prevê quatro datas de vesting, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais. O terceiro programa prevê de três a cinco datas de vesting, dependendo do beneficiário, sendo a última data de vesting em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais. O quarto programa prevê três datas de vesting, sendo a última data de vesting em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais. Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço de exercício das opções de compra de ações estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1.175,2, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529. Para o quarto programa, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1.175,2, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922. Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1.175,2, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49. A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes. Em Assembleia

Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Seguradora. O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante. Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento. Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções. Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25. Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções. Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41. A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### Quantidade de opções

Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2017	10.474.396
Total de opções exercidas em 31 de dezembro de 2017	8.980.039
Totalidade de opções exercidas até 31 de dezembro de 2018	-
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Total de opções exercidas em 31 de dezembro de 2018	6.822.717
Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual. Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. As 8.682.717 opções em aberto representam uma diluição de até 3,56% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Seguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$2.020 (R\$1.938 em 31 de dezembro de 2017).	

### 23. Detalhamento de contas de resultado:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>a) Prêmios</b>		
Prêmios emitidos direto	437.848	277.090
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	30.960	25.048
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(24.818)	(6.433)
Prêmio emitido DPVAT	22.036	25.537
Prêmio riscos vigentes não emitidos	(21.737)	26.306
Varição das provisões técnicas	(90.211)	(68.009)
Prêmios ganhos	<b>354.078</b>	<b>279.539</b>
<b>b) Sinistros ocorridos</b>		
Indenizações diretas	(297.227)	(154.998)
Indenizações DPVAT	(12.996)	(14.851)
Despesas diretas	(8.822)	(2.165)
Despesas DPVAT	(6.539)	(1.707)
Recuperação de sinistro	1.298	1.707
Salvados e ressarcimentos	1.500	81.841
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	(2.588)	(36.546)
Sinistros ocorridos, mas não avisados DPVAT	555	(95)
<b>Total</b>	<b>(323.806)</b>	<b>(131.646)</b>

<b>Conselheiros:</b>	<b>Diretoria:</b>
Alessandro Monteiro Morgado Horta	Ricardo Villela Abreu dos Santos
Bruno Augusto Sacchi Zarembla	Rodrigo Ferreira de Campos
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho	Claudia Novello Ribeiro
<b>Diretor presidente:</b>	<b>Gerente de contabilidade</b>
Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira	Arthur Teixeira Rodrigues
	CRC RJ - nº 078781/O-0
	<b>Atuária</b>
	Claudia Novello Ribeiro
	MIBA nº 2029

### PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Austral Seguradora S.A. Rio de Janeiro - RJ - CNPJ: 11.536.561/0001-26. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Austral Seguradora S/A, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Austral Seguradora S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados

Ramos	Prêmio emitido cosseguro aceito		Prêmio cedido resseguro		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Riscos de petróleo	289	429	(142)	(305)	147	124	50,87	28,90	49,13	71,10
Lucros cessantes	198	3.507	(166)	(3.272)	32	235	16,16	6,70	83,84	93,30
Riscos nomeados operacionais	4.366	10.611	(3.424)	(9.927)	942	684	21,58	6,45	78,42	93,55
Riscos marítimos - casco	454	1.808	(325)	(1.553)	129	255	28,41	14,10	71,59	85,90
<b>Total</b>	<b>30.960</b>	<b>25.048</b>	<b>(16.712)</b>	<b>(19.441)</b>	<b>14.248</b>	<b>5.607</b>	<b>46,02</b>	<b>22,39</b>	<b>53,98</b>	<b>77,61</b>

Ramos	Prêmio risco vigente não emitido - RVNE		Prêmio cedido resseguro - RVNE		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Garantia	(1.710)	2.516	555	9	(1.155)	2.525	67,54	100,36	32,46	(0,36)
Fiança locatícia	(7)	1	2	1	(5)	2	71,43	200,00	28,57	(100,00)
Responsabilidade civil geral	(22)	26	16	(18)	(6)	8	27,27	30,77	72,73	69,23
Riscos de engenharia	(664)	871	509	(658)	(155)	213	23,34	24,45	76,66	75,55
Riscos de petróleo	(19.263)	20.154	19.160	(20.167)	(103)	(13)	0,53	(0,06)	99,47	100,06
Riscos diversos	-	(51)	-	16	-	(35)	-	68,63	-	31,37
Lucros cessantes	(20)	161	15	(132)	(5)	29	25,00	18,01	75,00	81,99
Riscos nomeados operacionais	1.124	(976)	(876)	844	248	(132)	22,06	13,52	77,94	86,48
Riscos marítimos - casco	(1.175)	3.604	1.015	(2.660)	(160)	944	13,62	26,19	86,38	73,81
<b>Total</b>	<b>(21.737)</b>	<b>26.306</b>	<b>20.396</b>	<b>(22.765)</b>	<b>(1.341)</b>	<b>3.541</b>	<b>6,17</b>	<b>13,46</b>	<b>93,83</b>	<b>86,54</b>
<b>Total geral</b>	<b>444.289</b>	<b>347.548</b>	<b>(334.441)</b>	<b>(237.405)</b>	<b>109.848</b>	<b>110.143</b>	<b>24,72</b>	<b>31,69</b>	<b>75,28</b>	<b>68,31</b>

<b>c) Custo de aquisição</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Comissões sobre prêmios emitidos	(43.481)	(34.030)
Recuperação de comissão de cosseguro	4.571	1.314
Varição despesa de comercialização diferida	9.882	9.195
Outros custos de aquisição	-	123
<b>Total</b>	<b>(29.028)</b>	<b>(23.398)</b>

<b>d) Resultado com resseguro</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Recuperação de indenização	285.776	144.262
Recuperação de despesas com indenização	7.684	1.723
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	3.407	34.849
Receitas com participação no lucro	802	8.167
Prêmio cedido em resseguro	(334.441)	(237.405)
Repasse de salvados e ressarcimento	(1.500)	(75.841)
Provisão de prêmio não ganho	86.480	50.567
<b>Total</b>	<b>48.208</b>	<b>(73.678)</b>

<b>e) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Outras receitas</b>		
Recuperação receitas resseguro	806	1.176
Recuperação custo bilhete DPVAT	626	41

<b>Outras despesas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Tarifa bancária	(103)	(51)
Tarifa bancária DPVAT	(2.647)	(2.181)
Inspeção de risco	(99)	(127)
Provisão recebimento de prêmios duvidosos	(169)	-
Despesas com emissão de apólice	(85)	(1)
Outras despesas DPVAT	(440)	(574)
Outras	(837)	(1.344)
<b>Total</b>	<b>(2.948)</b>	<b>(3.061)</b>

<b>f) Despesas administrativas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(10.051)	(8.746)
Despesas com localização e funcionamento	(3.361)	(3.373)
Despesas com serviços de terceiro	(1.721)	(1.717)
Despesas com depreciação e amortização	(1.460)	(1.341)
Despesa administrativa DPVAT	(3.167)	(2.501)
Outras	(927)	(808)
<b>Total</b>	<b>(20.687)</b>	<b>(18.486)</b>

<b>g) Despesa com tributos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Despesas com COFINS	(5.664)	(1.353)
Despesas com PIS	(941)	(87)
Taxa de fiscalização	(510)	(638)
Outras	(415)	(337)
<b>Total</b>	<b>(7.530)</b>	<b>(2.415)</b>

<b>h) Resultado financeiro</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Receitas</b>		
Títulos para negociação DPVAT	5.350	7.160
Títulos para negociação	13.407	15.838
Títulos disponíveis para venda	9.690	3.007
Com operações de seguros	98.092	17.295
Valorização cambial do disponível	9.936	3.109
Outras receitas	263	1.075
<b>Despesas</b>		
Títulos para negociação	(3.294)	(962)
Títulos disponíveis para venda	(3.354)	(401)
Com operações de seguros	(101.964)	(16.513)
Encargos com obrigações	(66)	(3)
Desvalorização cambial do disponível	(4.225	